

homem em si como a vida do homem como ser do mundo, e como participante da sociedade dos homens.

Ao considerarmos a relação homem-mundo, verificamos que, por ser a palavra condição de transcendência do homem, levando-o a sair de si e identificar-se com as coisas do mundo, conclui-se ser a leitura fator de ampliação dessa relação homem-mundo e, conseqüentemente, motor de transformação do próprio mundo.

O homem, por não estar só no mundo, por possuir uma necessidade essencial de comunicar-se, de relacionar-se, tem na palavra sua condição primeira de encontro com o outro. Uma das formas mais completas de estabelecer-se essa relação eu-outro é a leitura, pois com ela é possível conhecer-se o outro em mim, e, eu no outro, já que minha intenção ao ler é captar a linguagem do outro para meu cultivo próprio.

O significado que adquire é resultado de minhas experiências anteriores, nesse sentido, o significado de um texto tem para mim significado especial e próprio em determinado momento. A cada leitura que fizer, estarei incorporando um sentido novo ao texto, que evidentemente me tornará mais consciente e mais experiente, com maior capacidade de interferir e modificar.

Finalizando, ao estabelecermos o valor da linguagem como elaboradora da história e do próprio homem, ressaltamos o papel da leitura em tornar o homem mais consciente, mais responsável, mais dinâmico, interferindo no processo da vida.

BIBLIOGRAFIA

1. BUBER, M — *La vie en dialogue*, Paris, Ed. Montagne, 1959.
2. BUYTENDIJK, J. J. F. — *Phénoménologie de la Rencontre* — Brouwer, 1967.
3. DELANGLADE, J — *Essai sur la signification de la parole*.
4. DE WAELEHENS, A — *Existence et signification* — Paris — 1967.
5. GUSDORF, G — *A fala* — Porto, Ed. Despertar, 1970.
6. MERLEAU-PONTY — *Fenomenologia da Percepção*, R.J. — Freitas Bastos, 1977.

NOTAS:

- (1) Cf; J. Delanglade — *Essai sur la signification de la parole*, p. 20.
- (2) G. Gusdorf — *A fala*, p. 12.
- (3) Cf J. J. F. Buytendijk — *Phénoménologie de la Rencontre*, p. 37.
- (4) G. Gusdorf — *Ob. Cit.* p. 34.
- (5) Cf. de Waelhens — *La philosophie de langage*, p. 139.
- (6) Cf, J. Delanglade — *ob. cit.*, p. 145.

RESENHAS

JAPIASSU, Hílton

A psicologia dos psicólogos

Rio de Janeiro, Imago, 1979. 100 pp.

(Coleção Psicologia psicanalítica).

No campo da Epistemologia das Ciências Humanas e, especificamente, da Psicologia, Japiassu publicou, há certo tempo, mais uma obra que vem suscitando muitas

discussões. É na linha duma epistemologia crítica e combatente que se situam suas colocações. Fazem-me lembrar a posição de Mounier, assumida nas circunstâncias trágicas de sua prisão em Clermont-Ferrand, enquanto escrevia o *Traité du Caractère*, um grosso volume de 795 páginas. No início dessa verdadeira síntese antropológica, Mounier faz sua confissão metodológica e filosófica, indicando, claramente, a orientação e o espírito do trabalho: "Em nossa investigação, não temos somente querido tratar do homem, mas combater em favor do homem. Ninguém, aliás, trata objetivamente do homem. Mas, como é costume disfarçar o preconceito (*parti pris*) sob uma roupagem científica, preferimos declarar de cabeça erguida que nossa ciência, para ser uma ciência honesta, não é menos uma ciência combatente". (E. Mounier. *Oeuvres*. Tome 11. *Traité du Caractère*. Éditions du Seuil, 1974. p. 7). Essa é a concepção personalista da filosofia e da ciência. O filosofar é também um combate. Levanta dúvidas. Abala certezas. Abre horizontes. Essa é uma das muitas impressões que ficam no decorrer da leitura do livro *A psicologia dos psicólogos*.

O título poderá deixar o leitor um tanto surpreso. No entanto, no *Prefácio* e na *Introdução*, Japiassu explicita sua opção: analisar, criticamente, a psicologia behaviorista da escola skinneriana. Um trabalho de menos fôlego já fora empreendido por J. A. Giannotti em *O que é fazer ?* Cebrap 9, 1974. pp. 79 — 122. Também a crítica de Japiassu, construída com vigor e coragem, se desenvolve no espaço epistemológico: A partir desse lugar, creio não ter o direito de intimidar-se diante do projeto científico da psicologia. Pelo contrário, são os psicólogos que têm medo do questionamento filosófico. Isto só vem revelar a fraqueza de suas posições teóricas. Talvez eles nem mesmo saibam definir sua própria existência de psicólogos" (p. 16). Sem querer ou sem pretender invadir o campo específico do profissional nas ciências psicológicas, o filósofo tem uma palavra a dizer e uma atitude a ser defendida. "Talvez essa posição do filósofo seja cômoda. Mas não foi ele quem a escolheu. Ao ser aliado, proscrito ou banido, pela ciência dita racional e objetiva, do reino do conhecimento, nem por isso morreu sua curiosidade radical pelo *sentido do saber*. Se nada sabe fazer, ainda sabe pensar" (p. 17).

Os títulos do ensaio dão-nos uma idéia geral dos temas discutidos I — O espaço epistemológico da psicologia; II — A "tecnologia" psicológica; III — A tecnologia comportamental e seus efeitos ideológicos; IV — Por uma "filosofia" da psicologia.

De início, o debate se situa no sentido de saber qual é o objeto da psicologia. Este não parece tão claro e tão definido como se poderia apresentar à primeira vista. Os fenômenos, ditos ou supostamente "psicológicos", não possuem unidade. E isto devido, em grande parte, à diversidade de escolas e ideologias. Citando Piaget, o autor endossa a afirmação de que três filosofias estariam na base das ciências humanas em geral e na psicologia em particular: o empirismo, a dialética e a fenomenologia, concluindo daí possuir a psicologia a idade da filosofia. No entanto, ao separar-se da filosofia no final do século passado, "... a psicologia vem merecendo a suspeita e a contestação quanto à sua finalidade, à eficácia de seu método, ao seu rigor e à sua unidade. Em outras palavras, apesar de centenária, ainda se interroga sobre sua natureza e seu valor, não só epistemológico mas cultural" (p. 29). É que as ciências da natureza exercem sobre ela um fascínio tal que ameaçam absorvê-la. Mas, sendo o homem uma *subjetividade* e uma *presença* em si e no mundo (idéia de inspiração

mounierista), o problema da "cientificidade" da psicologia deveria então ser enfocado de maneira diferente do que vem acontecendo.

No entanto, o que se constata é uma tendência crescente a ver na psicologia apenas ou sobretudo uma tecnologia, isto é, "... um conjunto de técnicas fornecidas pelo desenvolvimento de estruturas especializadas na elaboração e na utilização de um saber psicológico científico" (p. 34), saber este que poderá fazer do homem um autômato, conduzido e manipulado através do esquema behaviorista estímulo-reação.

Japiassu expõe, analisa e critica essa orientação psicológica em três níveis: a) o do condicionamento operante; b) o do condicionamento humano; c) o da dimensão ideológica da psicologia comportamentalista. Esses temas, desenvolvidos por Skinner em particular na obra *Para além da liberdade e da dignidade*, constituem hoje o programa de ação e o modelo científico de uma corrente psicológica das mais influentes em nossa sociedade. Em face dessa situação, a filosofia possui algo a dizer. E a frase-síntese, colocada sob o título do capítulo IV, indica o papel e o lugar da filosofia em toda essa controvérsia: "O que os psicólogos nunca entenderam, é que de forma alguma são capazes de revelar, no fundo, o "segredo" dos fatos humanos. Porque esse "segredo" não pertence à ordem psicológica. É a filosofia que lê, na história, o movimento da consciência humana" (p. 69).

A psicologia, por ter esquecido que era ciência do "subjetivo", passou a desempenhar funções em consonância com os valores e exigências da sociedade capitalista atual. Tais funções, como adaptação e integração do homem ao seu meio, regulação dos conflitos, "modelagem" dos indivíduos, para citar algumas das mais correntes, são decisivas e preponderantes. Desta maneira, a psicologia fica reduzida a uma série de práticas e de técnicas, sem nenhuma ligação com a subjetividade. "Ao invés de ser esta "ciência" que possibilite ao homem redescobrir o sentido de sua palavra, não raras vezes a psicologia atual contribui para aliená-lo num discurso que não emana dele, mas de seu meio ambiente" (p. 73).

Em face dessa situação, fica bem ressaltado o papel fundamental da filosofia, porquanto esta viria revelar o sentido do homem dentro duma totalidade de significações. A insistência na importância da filosofia para a psicologia poder redescobrir o seu objeto e suas funções, para poder criticar e avaliar seu estatuto e grau de "cientificidade", aparece ainda mais explícita nesta passagem conclusiva: "Talvez um dos melhores remédios para se escapar à racionalidade instrumental — que leva à fetichização quantitativista e teste-maníaca em psicologia — seja o reencontro com os Poetas e os Filósofos" (p. 87). Tais afirmações mostram a fragilidade da medida em psicologia, bem como a ilusão dos dados estatísticos e das tecnologias comportamentalistas, quando excluem a subjetividade do homem do campo da investigação e da prática.

A tecnologia, portanto, não pode ser erigida num modelo de "cientificidade", capaz de explicar satisfatoriamente o sentido da ação humana. E Valério Rohden, ao fazer a análise crítica da obra de Skinner *Walden II: uma sociedade do futuro*, inspirando-se no trabalho de Giannotti, acima citado, afirma com razão: "A tecnologia, enquanto se torna princípio geral da práxis humana, é um equívoco; enquanto como tal elimina a reflexão crítica, é simples ideologia. O modelo de Skinner é antipolítico, anti-histórico". (*Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ano III, 1975, p. 322).

Concluindo, o debate em torno duma epistemologia crítica da psicologia é dos mais urgentes e dos mais importantes no momento. E o livro de Japiassu, como aliás os demais, chega em boa hora e será muito proveitoso para quem se interessa verdadeiramente por uma visão das Ciências Humanas e em particular da Psicologia, visão comprometida de fato com o homem real.

Alino LORENZON
Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Gama Filho.

JAPIASSU, Hilton
Interdisciplinaridade e patologia do saber,
Rio, Imago, 1977.

Em "Interdisciplinaridade e Patologia do Saber" Hilton Japiassu efetua uma análise sobre as várias disciplinas científicas principalmente no tocante às ciências sociais. Dessa maneira exerce uma crítica do que classifica de esfacelamento das ciências humanas. Em síntese, eis o que aborda o autor:

Na primeira parte do livro o autor estabelece as diferenças existentes entre multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade. Em seguida, visando a contribuir para o entendimento do que seja o método interdisciplinar, assim conceitua a interdisciplinaridade: — "o nível em que a colaboração entre as diversas disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, isto é, a certa reciprocidade de intercâmbios, de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida". Por que a interdisciplinaridade? Qual sua importância? Embora o autor reconheça a grande dificuldade para a realização de um empreendimento interdisciplinar, tendo em vista os obstáculos e exigências existentes, obstáculos esses que tiveram suas raízes com a filosofia Positivista, considera-a porta de saída para uma volta à unidade, ou seja, para uma preocupação mais profunda com o problema humano na sua totalidade. Segundo ele, o homem está dividido, o estudo do humano foi fragmentado em decorrência da super especialização desordenada. Não condena o especialista, pelo contrário, a pesquisa interdisciplinar requer especialistas cada vez mais competentes, porém conscientes do caráter parcial e relativo de sua própria disciplina. O resultado do interdisciplinar é bem mais do que o conjunto ou conglomerado de especialistas. Este aspecto fica bem evidenciado quando se refere na segunda parte do livro à **metodologia interdisciplinar**. Para ele nenhuma atividade interdisciplinar poderá ser concretizada sem uma mentalização por parte dos especialistas de uma nova metodologia; há necessidade de uma reformulação geral das estruturas mentais dos pesquisadores, uma superação do "capitalismo epistemológico" em que vivem muitos cientistas. Essa renovação de mentalidade vai dar lugar a uma nova concepção do homem; os pesquisadores devem então situar-se no horizonte do fenômeno humano e não permanecer encerrados neste ou naquele compartimento do saber. Cria-se então, segundo ele, uma nova inteligência suscetível de renovar as instituições de ensino e pesquisa, condição essa de real valor para que se possa levar a efeito a metodologia interdisciplinar.

Ressalta também dentro desta metodologia a importância das pesquisas orientadas, não como as únicas válidas e eficazes para os males das ciências humanas, mas

de certo modo elas oferecem elementos que possibilitam ver mais claras as dificuldades e exigências de um projeto interdisciplinar. Situam-se entre as pesquisas fundamentais e as práticas, melhor dizendo, fazem a junção de ambas. Não quer dizer com isso que já não exista lugar para as pesquisas fundamentais. Em que pese a crítica de alguns autores quanto às pesquisas aplicadas, para ele pesquisa e ação não se opõem necessariamente.

Por último analisa o conhecimento integrado do humano, já implícito em todo o decorrer do seu livro na proposta do interdisciplinar; faz um relato histórico das ciências humanas, nas suas diversas concepções pelas diferentes épocas. Deixa transparecer uma grande preocupação da necessidade de nova atitude para a compreensão do fenômeno humano. A unidade do saber sobre o homem é uma exigência da cultura contemporânea. E no entanto, cada especialista ou epistemólogo das ciências humanas ainda trabalha de forma isolada, sem incluir em suas pesquisas a reflexão filosófica.

É portanto necessária a contribuição da filosofia, mais propriamente de sua vertente epistemológica. Assim, daria lugar não a uma filosofia sintética das ciências humanas, mas a essa disciplina extracientífica, cuja função primordial seria salvaguardar esta concepção unitária do homem, evitando a divisão, tão comum hoje, entre as ciências que o estudam.

Em síntese, o autor apresenta como problema central, o esfacelamento das ciências humanas e propõe a adoção de uma metodologia interdisciplinar que venha contribuir para a unidade do saber, em função do homem. Reconhece os obstáculos epistemológicos, psicossociológicos e culturais que se opõem ao trabalho interdisciplinar, mas como uma “barreira” a ser vencida, não somente pelos especialistas, ressaltando sobretudo o papel da filosofia junto às ciências humanas neste processo. Pelo chamado constante ao questionamento, à reflexão, a filosofia contribuiria com as ciências humanas, no sentido de reencontrar o **HOMEM em sua totalidade**.

Na verdade, na análise que empreende e na crítica que efetua da fragmentação do conhecimento e da sua compartimentação em disciplinas isoladas, Japiassu deixou escapar a base material responsável em última instância, pela edificação dessa estrutura de conhecimento. Nessa perspectiva a análise empreendida é inteiramente ahistórica. Em primeiro lugar porque não leva em consideração o modo de produção material sob o qual o conhecimento é produzido. Isto é, desvincula o processo produção de conhecimento do processo de produção econômica.¹ Em segundo lugar, assim procedendo esquece a existência de classes em torno das quais o conhecimento e, em especial, o conhecimento científico é produzido.

Dessa maneira Japiassu não consegue transpor o nível da aparência e penetrar na essência dessa excessiva divisão. Com efeito, o autor não demonstra nenhuma preocupação em procurar uma explicação que dê conta da origem e significado de tal fato.

Nesse sentido é importante ressaltar que a própria divisão capitalista do trabalho que acarretou a separação definitiva do trabalhador dos instrumentos de trabalho é o caráter coletivo de trabalho em sua forma especificamente capitalista, tal qual Marx demonstra em **O Capital**, também outra compartimentação: a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual ou seja, entre o trabalho de execução direta e o de concepção do próprio processo de trabalho.

Com efeito, a organização capitalista do trabalho potencializou excessivamente as forças produtivas materiais. Sem embargo, é o mesmo Marx que assinala: "A burguesia, durante o seu domínio de classe apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto".²

Então é preciso buscar historicamente a origem excessiva dessa fragmentação, bem como a função da ciência no interior do processo produtivo capitalista. A ciência enquanto necessidade infra-estrutural, isto é, necessária ao processo de produção capitalista e como fenômeno superestrutural, isto é, necessário à reprodução do referido modo de produção. Aqui há que se destacar a função ideológica da ciência pois como salienta Gramsci "... Também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia (...), a ciência jamais se apresenta como nua noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia".³ E essa ideologia naturalmente, não é neutra uma vez que representa interesses específicos de classe. Assim é que "... a classe que tem o poder material dominante em dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual".⁴ Não é por acaso, portanto, que as idéias dominantes em determinada sociedade, são as idéias das classes dominantes.

Hilton Japiassu descreve o processo de produção do conhecimento como se este estivesse separado dos interesses do capital e, portanto, como se pairasse acima das classes sociais e, nisto consiste a falha maior do seu trabalho, pois também o conhecimento científico é fruto da luta de classes.

Raimunda Medeiros Germano

NOTAS

- (1) A propósito ver — Manuel CASTELLS e Emilio de IPOLA — *Practica Epistemologica y Ciências Sociales* — in *Rev. Latino Americana de Ciências Sociales* nº 04 — Santiago do Chile — 1972.
- (2) Karl Marx — *Manifesto do Partido Comunista* — pág. 25.
- (3) Antônio Gramsci — *Concepção Dialética da História* — pág. 70.
- (4) Karl Marx e Friedrich Engels — *A Ideologia Alemã* — Vol. I págs. 55 e 56.

AGUIAR, Roberto A. R. de

Direito, Poder, e Opressão.

São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980, 184 pp.

O livro abre a coleção "Ciência do Direito", lançada pela Editora Alfa-Omega, com a finalidade de contribuir com os estudos jurídicos em nosso país. **Direito, Poder e Opressão** é o primeiro livro de Roberto Armando Ramos de Aguiar, doutorado em 1975 na área de Filosofia do Direito pela PUC de São Paulo, e, atualmente, professor na Universidade Metodista de Piracicaba — SP.

Do exercício da advocacia e do magistério nasceu este trabalho que pretende mostrar, de um lado, a inadequação entre a prática jurídico-social e a doutrina do direito, tanto na elaboração legislativa como na sua aplicação concreta e, de outra parte, as possibilidades de um novo direito, respaldado na vinculação entre a necessidade jurídica real e a linguagem teórica. O autor se preocupa com a mitificação, que

transforma a norma em doutrina e cuida da coerência interna do direito, abandonando o contexto histórico-social. Em sua obra recorre às contribuições de Michel Foucault quanto às relações do direito com o poder, e apóia-se na posição marxista das relações de produção.

O livro divide-se em duas grandes partes, cada uma delas, respectivamente com cinco e seis tópicos, em forma numerada.

Na primeira parte o autor versa sobre o direito como fenômeno observável, ou seja, sobre o direito em seu aspecto constitutivo e em sua manifestação. Aborda o direito como rito, assim caracterizado desde seus primórdios, e observa que no decorrer dos tempos a dimensão ritual cristalizou-se, de tal forma, que o texto formal passa por realidade.

No segundo tópico o autor trata da elaboração legislativa. Partindo da pergunta "quem é o legislador?" conclui que a lei é sempre o resultado do interesse de quem detém o poder econômico. Mostra que em qualquer sociedade, os homens, ao estabelecer relações e produzir, formam grupos que dominam um o outro através da economia e, conseqüentemente, da política dentro da sociedade. Deixa, então, evidente que todo legislador, como porta-voz do grupo no poder, manipula os demais grupos até conseguir a legalidade, e ocupando o aparelho de controle público comumente denominado "Estado" nunca fará leis contra seus interesses, elaborando a ideologia do Estado. Defende que o real processo legislativo tende a se perpetuar quando, passando pela jurisprudência e interpretação que cabem ao legislador, invade os escalões médios de aplicação engendrando nos executores normas derivadas, que se ramificam por toda a rede de instituições; dessa forma, a lei sofre exegese, multiplica-se e se particulariza através dos microlegisladores, que atingem pequenos grupos e parcelas da comunidade, sempre confirmando a ideologia da norma originária.

No terceiro tópico, o autor discorre sobre os destinatários da norma jurídica. Propugna que, embora os destinatários sejam todos, a lei, na realidade, atinge diretamente os grupos que, por necessidade e ideologia, assumem comportamentos opostos aos dominantes; indiretamente fortalece o grupo do poder, mantendo sua coesão e controlando os demais.

Como na legislação atual, o Estado se arroga o direito de se auto-limitar como fonte e destinatário da norma, o autor desenvolve no quarto tópico a relação Estado/direito, dando ao primeiro o papel de substituir retoricamente o poder político e seus sustentáculos e de manipular a legislação segundo seus interesses.

No último tópico tece considerações sobre a ascensão ao poder por força física ou econômica, ou por prestígio ou por influência. Analisa a necessidade da autoridade para legitimar o poder: este torna-se inoperante sem a autoridade, que lança mão de recursos como disciplina, liderança, responsabilidade, inculcação de hábitos, estabelecimento da burocracia para conseguir consenso atrás da fachada de tutora do bem comum e harmonia social. Assim, para o autor, o grupo que consegue o poder (todos lutam para isso) utiliza todos os recursos para se manter, dominar e forjar aceitabilidade; estrutura formalmente o poder em executivo, legislativo e judiciário para justificar a ordem diante dos oprimidos, realizar interesses concretos, mascarar e sustentar as contradições; emprega a sanção (poder de violência) para garantir a sobrevivência.

Na segunda parte o autor trata do direito como fenômeno valorativo, ou seja, em força de quais valores se explicita e se movimenta o fenômeno jurídico. Inicia

relevando a dimensão ideológica que conduz o direito enraizado nas relações sociais de produção. Conceitua a verdade jurídica como a aplicação do teor legal segundo os parâmetros da ideologia no poder e a adequação do fato observado ao discurso normativo.

No tópico seguinte desenvolve longamente o papel preponderante da sanção. Esclarece que a evolução da sanção no tempo, tornando-a menos cruel não a transformou em mais humana. Acrescenta que a mudança de finalidade da sanção de castigo para recuperação reveste-se simplesmente de caráter retórico. E lembra que a sanção somente garante a eficácia normativa e a sobrevivência do grupo no poder.

No terceiro tópico, o autor se empenha em mostrar que o direito, exercendo controle sobre a divisão do trabalho e a produção, procura diluir os conflitos e as tensões econômico-sociais. Dedicar grande espaço à verificação das formas de controle sobre o corpo: através do trabalho, cuja legislação privilegia o dono do capital em detrimento de quem tem a força produtiva; através do processo de fixação que segura o trabalhador no local geográfico; através da discriminação quanto à posição social, idade, sexo, horário de trabalho, insuficiência física e mental, graduação para remuneração. Verifica que para controlar a pessoa é importante delimitar em que tempo e em que prazos o corpo deve ser usado, legislando sobre a capacidade pessoal de trabalhar, sistematizando o trabalho com disciplina que impede a participação do assalariado em decisões e que fomenta a obediência a prazos e a sanções de prêmios e castigos. Observa que o controle sobre o saber se faz através do sistema de especialização, cabendo só ao detentor do capital o conhecimento global. E, finalmente, detalha como as ciências auxiliares do direito, tais como o serviço social, a criminologia, a psiquiatria, a psicologia, se transformam em recursos paranormativos para ou amaciar conflitos, ou justificar casuísmos, ou aliviar responsabilidades do poder vigente, sempre colaborando na busca de conceitos fundantes para a permanência da ideologia dominante.

Como quarto tópico, em base às argumentações levantadas anteriormente, encara o direito como elemento conservador e antidemocrático, por se constituir em instrumento de quem tem o poder, mudando perifericamente para não ceder no essencial. Porém, propõe a mudança substancial para o estado de direito, onde a norma jurídica represente a liberdade, a possibilidade de construir um projeto, o fim da relação opressor-oprimido, através do estabelecimento dos interesses da maioria que produz e a participação de todos na vida da sociedade. Nesta altura da obra, o autor elabora as bases de outro direito, que resultasse da justiça no relacionamento dos grupos. Defende o estado de direito fundamentado nas relações sociais homem x homem e mundo x homem, provocado por uma luta política que reestruture a elaboração legislativa e tenha força de decisões. Para isso, mostra que os meios podem ser pacíficos ou violentos, aproveitando-se das contradições engendradas pelos instrumentos do poder dominador.

Como bandeira de transformação social, o autor comenta, no quinto tópico, a Declaração dos Direitos Humanos, enaltecendo-os como fruto de lutas históricas e conquistas políticas, contrapondo a situação atual com a formulação literal dos direitos humanos.

Finalmente, não esquecendo a diversidade cultural e a relatividade do direito, estabelece critérios que possam orientar na normatização de um direito justo, lembrando que em questão de direito a ideologia sempre se acha presente.

A obra de Roberto Aguiar denuncia veementemente o caráter formal de que se reveste o recurso ao direito como legitimação de situações que privilegiam os grupos e representantes dos grupos no poder. Por isso é valiosíssimo roteiro que auxilia na análise de fatos sociais e no posicionamento perante as relações entre elite-povo, governantes-governados. Sua atualidade transparece nos pronunciamentos emitidos pela imprensa falada e escrita, onde se multiplicam as contradições de um direito opressor e manipulador. Infelizmente, ao autor passou despercebida a cooptação dos meios de comunicação social pela ideologia no poder, tanto é que nem menciona a publicidade e a propaganda como fatores de controle social. Assim mesmo, pode-se dizer que o livro revela a face do direito bastante distante dos currículos jurídicos e das decisões forenses.

Estas páginas desnudam a falácia e o mito da neutralidade do direito, tirando-lhe sobretudo a auréola de incolumidade e a sacralidade. Contudo, ao acentuar enfaticamente as relações sociais de produção como fonte do direito, resume a um único aspecto a existência humano-social, empobrecendo-a de outros valores antropológicos e filosóficos. Além disso, a elaboração do direito não se faz somente em relação ao poder. Precisamente por optar pelos caminhos de Marx e Foucault, o autor obtém sucesso no primeiro objetivo do livro. Fica patente que nas relações sociais, mediadas pelo mundo, um grupo consegue dominar outro, mantendo e justificando posteriormente o poder pelo direito: da aliança entre poder e direito nasce a opressão. Para o autor, nem sempre esta ilação se dá necessariamente. A partir dessa constatação elabora o segundo objetivo: a proposta de um direito justo a ser conquistado através de um processo de libertação, encetado pelas classes produtoras de bens sociais, que constituem a maioria da composição social. Nessa tentativa o autor não consegue juntar subsídios para dar suporte à viabilidade e para diagnosticar um caminho novo no sentido "libertação, poder, direito".

O estilo da obra mantém clareza e simplicidade no pensamento e na palavra, fugindo propositalmente do costumeiro verbalismo forense. No corpo da obra destacam observações que caracterizam uma vivência prática e crítica perante a legislação, o ordenamento jurídico e os fatos sociais. O modo de se debruçar sobre os assuntos, de per si, reflete que o livro é, antes de tudo, fruto de lides diárias e contínuas, do que elaboração intelectualizada. Evitando a divisão por capítulos e optando por divisão numerada, o livro se presta a estudos temáticos.

Pela variedade de assuntos que aborda e pela perspicácia manifestada em grande número de observações, a obra merece ser lida por estudiosos de sociologia, ciências políticas, educadores; saliente-se seu valor para estudantes e professores de Direito, advogados, magistrados e para todos aqueles que trabalham na elaboração e aplicação da Justiça.

José Luiz Nemes.

Mestrando em Filosofia da Educação na
PUC de Campinas.

FERRI, M. G. e MOTOYAMA, S. (Coords.).
História das Ciências no Brasil,
SP, EPU/EDUSP, 1979.

Patrocinada pelo CNPq, História das Ciências no Brasil constitui-se de três volumes dos quais estamos apresentando o primeiro. Para a sua elaboração foram convidados especialistas nas respectivas áreas, para traçar um histórico dos diferentes campos das ciências no Brasil.

No primeiro capítulo, Antonio Paim faz uma análise do percurso da Filosofia no Brasil. Iniciando pelo ciclo que se seguiu ao momento pombalino, o autor elucida as várias fases, ressaltando os aspectos e os nomes mais importantes da Filosofia em nosso país. O momento pombalino e o positivismo tiveram destaque; foram objeto de uma análise mais minuciosa, o que não aconteceu com outras linhas filosóficas como o existencialismo, a fenomenologia, ou mesmo o marxismo. Em seu todo, este capítulo é ótima fonte de referência para quaisquer que queiram estudar a trajetória filosófica no Brasil.

No início do capítulo dois, Chaim S. Höning e Elza F. Gomide fazem uma apresentação das ciências matemáticas e seus campos de estudo, destacando-se sua importância para a ciência e a tecnologia. Abordam uma primeira fase da história da matemática no Brasil, desde o ensino pelos jesuítas até 1934, ano da fundação da F.F.C.L. da USP. Analisam em seqüência a modernização do ensino e a divulgação da pesquisa matemática na década de 30, e a revitalização ocorrida na década de 40 com o intenso intercâmbio com a comunidade matemática internacional. Da década de 50 até a atualidade fazem uma análise da expansão da matemática no Brasil. Finalmente, são apresentados alguns dados indicativos sobre o progresso da matemática no Brasil, as principais linhas de pesquisa existentes nas ciências matemáticas e a forma pela qual se institucionalizaram.

No capítulo três, Shozo Motoyama apresenta inicialmente a conceituação da Física, sua evolução como ciência e os principais conceitos que auxiliam na compreensão de sua história e da relação da ciência-técnica. No contexto histórico são analisados os percalços da Física até a década de 20. Descreve-se, em seguida, as etapas da institucionalização da Física a partir da década de 30, até 1965. Com referência aos últimos 15 anos, 1965 a 1980, aborda-se a expansão quantitativa havida na Física, principalmente quanto ao progresso das áreas interdisciplinares, consolidação de outros domínios, renovação de ramos antigos e expansão do ensino. Finalmente, descreve-se as principais características da comunidade brasileira de física atual, seus pontos fortes e pontos fracos.

No capítulo quatro, Simão Mathias traça um panorama geral da evolução da Química no mundo, salientando-se seu retardo inicial de progresso como ciência até seu desenvolvimento vertiginoso atual, abrangendo numerosos campos. No Brasil, este retardo foi ainda mais pronunciado. Em seqüência, é abordada a evolução histórica da Química no Brasil, desde a época do Império, até o advento do Departamento de Química da F.F.C.L. da USP, em 1934, que marca o início de uma tradição de pesquisa científica. Dessa época até a atualidade são descritos os principais fatores e eventos que contribuíram e/ou marcaram a institucionalização da Química no Brasil. Ao final, é traçado no contexto internacional o perfil da atuação da Química brasileira.

No capítulo cinco, J. Leal Prado mostra uma visão panorâmica da evolução da Bioquímica no Brasil. Nela são apresentados, de maneira sintética, desde os primeiros trabalhos de brasileiros publicados no estrangeiro, até os apresentados atualmente pelos membros da Sociedade Brasileira de Bioquímica (SBBq) e da Pan American Association of Biochemical Societies (PAABS). Desde a época dos precursores da Bioquímica brasileira os trabalhos se desenvolveram principalmente ligados à Universidade e em seus principais Departamentos, com exceção dos realizados nos Institutos de Manguinhos e no Instituto Butantã. Segundo o autor deste capítulo o Departa-

mento de Bioquímica da USP é, no momento, o centro mais desenvolvido no país. Nele são realizados alguns trabalhos que colocam o Brasil em nível de competição científica com os países mais avançados. As organizações BIOBRAS e EMBRAPA, oferecem uma perspectiva de aplicabilidade da Bioquímica para a agricultura e a indústria nacionais.

José Ribeiro do Valle mostra a história do movimento da Fisiologia no Brasil no sexto capítulo. Em termos internacionais, a história da nossa Fisiologia é relativamente modesta, conforme, aliás, ocorre em outras áreas. Isso se entende pelo fato de que as nossas universidades têm vivido mais preocupadas com a aplicação do que com o avanço e a criação do conhecimento.

O capítulo seguinte é apresentado também por José Ribeiro do Valle, onde ele coloca o desenvolvimento da Farmacologia no Brasil, ciência entendida como estudo das drogas empregadas em Biologia, Medicina e Higiene. João Batista Lacerda é considerado o fundador da Farmacodinâmica. Na Farmacologia destacaram-se Miguel Osório de Almeida, Thales Martins, Carlos Chagas, Vital Brasil e Franklin de Moura Campos. A lentidão do progresso da Farmacologia foi decorrência da dificuldade de implantação de uma verdadeira Universidade.

No capítulo oito, Lycurgo de Castro Santos Filho aborda a evolução da Medicina no Brasil que pode ser delineada em três fases: a primeira abrange os três primeiros séculos da colonização no Brasil; a segunda, a fase escolar, surgiu com a implantação das Escolas de Medicina; finalmente a terceira, a fase científica, foi inaugurada com o sanitarista Oswaldo Cruz em Manguinhos. Na época da colonização a Medicina era exercida por barbeiros e boticários, indivíduos não-letrados e de humilde condição social. Os jesuítas tiveram um papel preponderante na Medicina da época.

No capítulo nove, Ernesto Parteniani escreve sobre a Genética Vegetal, onde apresenta primeiramente os centros pioneiros em trabalhos nesta área, destacando a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba e o Instituto Agrônomico de Campinas. O autor fez uma relação dos trabalhos realizados nestes centros e são analisadas as perspectivas que se oferecem atualmente neste campo. Parteniani, no final do capítulo, faz um chamado aos cientistas para que investiguem os campos ainda não explorados da Genética Vegetal.

O décimo capítulo é escrito por Francisco M. Salzano que coloca a história da Evolução Biológica no Brasil desde o começo de sua existência até hoje, passando pelos anos fundamentais das décadas de 30 e 40. Enfatiza os trabalhos realizados nos grandes centros científicos Rio e São Paulo. Os cientistas brasileiros, apoiados nas descobertas sobre seleção e mutacionismo, conseguem estabelecer linhas avançadas na evolução vegetal e animal, culminando nos aspectos antropológicos com ótimos trabalhos.

Francisco Iglésias aborda com muita autoridade o desenvolvimento e o estudo do ensino da História no Brasil, desde a Colônia até os dias de hoje. Divide este estudo em três momentos: primeiro até 1854, segundo de 1854 a 1931, e o terceiro, de 1931 em diante. Aborda os prejuízos causados pela introdução da disciplina O.S.P.B., Moral e Cívica e Estudos Sociais. A questão de fontes e arquivos não é deixada de lado.

Pasquale Petrone trata, no capítulo doze, da Geografia Humana, onde não teve seu desenvolvimento alcançado pela História. As publicações se resumem aos períó-

dicos e traduções. A Geografia, durante todo o período de estudo no Brasil, limitou-se a copiar teorias não só ultrapassadas como inadequadas para nossa realidade.

Milton Vargas é o responsável pelo décimo terceiro capítulo. Começa por definir o campo onde pretende discorrer o seu tema. Situa como tecnologia o estudo das experiências e conclusões da ciência ao conhecimento dos materiais e processos utilizados pelas técnicas. A partir daí dá uma visão histórica, demonstrando ótimo domínio do assunto, do progresso tecnológico que o Brasil sofreu. Para tanto, fez uma análise dos vários setores que incorpora à tecnologia em nosso país. Milton Vargas se atém, aqui, muito mais na colocação de uma história cronológica, o que faz com enorme presteza, do que à de uma história crítica. Relata os fatos, mas não os analisa criticamente.

Concluindo, podemos dizer, em que pese à grande importância da obra para a História das Ciências no Brasil, notamos uma não-continuidade, em termos de integração de cada capítulo no todo. Cada um deles se constitui numa unidade estanque com níveis de aprofundamento e abordagem variadas.

Elói de Arruda Guerra

Flávio Heitor Barbieri

Geraldo Inácio Filho

Mamede Lima Marques

Maria Guadalupe De La Concha Real

SHARTZMAN, Simon.

Formação da comunidade científica no Brasil.

São Paulo — Rio de Janeiro, Nacional — FINEP, 1979. 481 p.

(Biblioteca Universitária, série 8: Estudos em ciência e tecnologia, v. 2.)

Esta obra é o "resultado de uma experiência bem sucedida de trabalho coletivo" como Schwartzman o afirma. Colaboraram: Antonio Paim, Carla Costa, Marcia B. M. Nunes, Maria Clara Mariani, Nadja V. X. e Souza, Ricardo G. F. Pinto, Tjerk Guus Franken.

Segundo o autor, o objetivo do livro é "tentar contar esta história (da ciência no Brasil) até época realmente recente" é também uma oportunidade de se obter uma visão panorâmica do que já foi, ou melhor, ao contrário do que já foi escrito e feito anteriormente, agora de forma menos fragmentária e mais coerente.

A apresentação é feita por José Pelúcio Ferreira que, ao se referir a "As ciências no Brasil", de Fernando Azevedo, afirma que a instituição que preside, a FINEP, financiadora do projeto, pretende "dar-lhe continuidade, (à obra de F. Azevedo), promovendo com sua própria equipe e estimulando outras pessoas e outras instituições a se dedicarem à investigação sob o ponto de vista histórico das origens das ciências no Brasil". Segundo ele, a FINEP assinou convênio com a Cia. Editora Nacional para a publicação da série "Estudos em ciência e tecnologia" e firmou acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, para que fique a cargo desse centro a preservação da documentação correspondente.

A obra está dividida em dez capítulos e o primeiro estabelece o marco fundador da ciência no Brasil: Oswaldo Cruz. Depois de definir ciência e história da ciência,

o autor mostra-nos a necessidade de se fazer uma história da ciência dentro do contexto sócio-político-econômico em que foi gerada, o que nos levaria a iniciar o estudo a partir de regiões e países periféricos, para entender a ciência "no que ela tem de mais permanente e contínuo". Quando a atividade científica requer grandes orçamentos, complexidade de pesquisa, trabalho de equipes, temos o que o autor denomina de "big science", onde se dilui a fronteira entre ciência e técnica.

O capítulo dois nos informa que a ciência européia esteve fora das universidades até o século XIX, quando então dá-se a ligação íntima, sendo a Alemanha a pioneira. Foi a França o eixo da ciência no século XVIII e os temas da ciência, nessa época, eram: evolucionismo, o que viria a se constituir nos fundamentos da química moderna, o início da teoria atômica e a eletricidade. A Inquisição e a Contra-Reforma mantiveram Portugal isolado do restante da Europa, com relação à ciência e, por extensão, o Brasil, sua colônia. Às vésperas da Independência José Bonifácio sugere a criação da Universidade brasileira, onde aparece a influência pombalina, toca na educação profissionalizante.

O capítulo três nos diz que houve no Brasil algum interesse sem maiores conseqüências pela química, siderurgia e medicina, bem como no decorrer do século XIX, por alguma atividade de engenharia ligada às escolas militares. No último quartel do século surge a Escola de Minas de Ouro Preto. Mas, até o início da República o interesse pela ciência era pequeno, as escolas profissionalizantes precárias e o interesse demonstrado pelo Imperador não foi traduzido em medidas concretas em favor da ciência. Japão e Índia, no mesmo período, mandavam estudantes para a Europa e Estados Unidos e assimilaram os conhecimentos científicos dessas regiões.

Trata o quarto capítulo da transição do séc. XIX para o séc. XX. A descentralização republicana, a consolidação de São Paulo como pólo dinâmico da economia do país, graças ao café, a criação de institutos de pesquisa como o Agrônomo de Campinas (1887), o Vacinogênico de São Paulo (1892), o Bacteriológico de São Paulo (1893), o Butantã (1899), Manguinhos (1900), o aparecimento de novas faculdades e escolas de nível superior como a Politécnica de São Paulo (1893), Mackenzie e Engenharia de Porto Alegre (1896), Agricultura e Veterinária do Rio (1898), a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1901) e a criação de museus Goeldi e Paulista são características do período. Além disso, os temas da ciência que se institucionaliza no Brasil eram os da ciência européia do século XIX, as tradições científicas brasileiras dependiam de pesquisadores estrangeiros ou de brasileiros formados no exterior e a ciência era feita fora do sistema de educação superior só se desenvolvendo a ciência aplicada.

No capítulo cinco vemos que nas primeiras décadas do século XX a presença da ciência aplicada é bem grande. A falta de uma política científica adequada faz com que os cientistas formados no Rio sejam absorvidos por São Paulo já que a economia deste último estado era baseada na monocultura cafeeira e requeria conhecimentos sobre o cultivo e combate às doenças vegetais. Em Minas destacam-se a Escola de Minas, o Instituto Ezequiel Dias e a anexa Faculdade de Medicina, além das Escolas de Engenharia de Itajubá e de Agronomia de Viçosa. No período referido as instituições científicas padeciam de problemas financeiros e interferência política tendo sua situação de precariedade se agravado com a lei de desacumulação que impedia o acúmulo de cargos em instituições oficiais.

A repercussão pelas décadas seguintes de movimentos políticos sociais e culturais como o Tenentismo, a Revolução de 1930, a Semana de Arte Moderna é assunto do capítulo seis. Volta à baila a educação como tema de discussão, bem como a questão da universidade; e a Reforma Francisco Campos se constituiu numa barreira à criação de uma universidade que tivesse como centro a ciência, enquanto a incipiente industrialização dos anos 30 não estimulava a pesquisa aplicada.

Com o sistema educacional dando pouca importância ao trabalho científico (este reduzido a poucos institutos e a estrangeiros imigrantes), a instituição de ensino católico ao estilo das corporações medievais com a ciência e a técnica submetidas à filosofia e à teologia e à influência dominante do Positivismo, parecia que a instituição da atividade científica no Brasil havia falhado. Para sair do impasse buscou-se fontes estáveis de financiamento de pesquisa e deu-se continuidade a linhas de pesquisa reconhecidas para proteger os centros de ambientes desfavoráveis. Cria-se um novo modelo de universidade, a USP.

Todo o sétimo capítulo é dedicado à Universidade de São Paulo, que, inspirando-se no modelo francês, com ênfase nas ciências humanas e ensino laico, independente de qualquer credo religioso, era uma escola eclética integrando ainda as tradições alemã, italiana e americana. Foram contratados professores estrangeiros do mais alto gabarito. Objetivava uma revolução no ensino. Constituiu-se numa reação ao fascismo e teve grande incentivo da elite paulistana.

Aqui no Brasil o trabalho científico a mais longo prazo só podia ser feito nas horas vagas ou encoberto por atividades mais aplicadas e a iniciação ou se fazia no âmbito familiar ou por influência de professores estimuladores. Mas o sucesso como cientista dependia muito do relacionamento com pessoas de ciência, sua orientação ou indicação. Além disso, as instituições disponíveis eram poucas. Alguns poucos conseguiam bolsas no exterior, principalmente através da Fundação Rockefeller. Na década de 30 a atividade científica se assenta na universidade, principalmente na USP, onde cientistas estrangeiros fazem escola, mas a universidade do Rio de Janeiro ainda estava voltada para a formação de profissionais liberais, sem a preocupação com o desenvolvimento de pesquisa. São esses os assuntos tratados no capítulo oito.

O nono capítulo mostra a emergência da ciência moderna no Brasil tendo como base a física, a química e a genética. A USP, o centro mais importante, faz ciência de alto nível e com possibilidade de aplicação; a presença de pesquisadores estrangeiros é notável e os jovens pesquisadores são colocados em contato com centros internacionais de pesquisa, principalmente os Estados Unidos. Após a guerra novos cientistas vão fortalecer a comunidade científica no Brasil.

O capítulo dez mostra-nos que houve aumento de interesse pelo trabalho científico e pela formação universitária de cientistas e influência de militares e industriais nos resultados obtidos, principalmente nos Estados Unidos e com o lançamento do Sputnik (1957), pela União Soviética, o interesse pela atividade científica é redobrado, mas com a crise no sistema universitário no final dos anos 60, o interesse diminuiu.

No Brasil a atividade científica é favorecida pela criação de centros independentes, da SBPC (1948), FAPESP (1960), CNPQ (1951) e a criação dos cursos de pós-graduação (1970 — 1) e o apoio à pesquisa dado por organismos internacionais. A comunidade científica no Brasil vem-se expandindo no pós-guerra e tenta-se uma

melhora no sistema universitário. O ITA e a UNB são alguns exemplos. E a política econômica do MEC, bem como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico muito têm contribuído para que isto seja possível. Por outro lado, criou-se muitas vagas na universidade sem o correspondente número de empregos o que acarreta outros problemas de ordem social.

Além desses dez capítulos a obra traz uma extensa bibliografia, dois apêndices e índice onomástico. O primeiro apêndice é uma cronologia da ciência brasileira de 1500 a 1945 e o apêndice dois são notas biográficas sobre os entrevistados com informações sobre cursos e atividades de ensino e pesquisa mais gerais.

A obra de Schwartzman é, sem dúvida, a mais completa "visão panorâmica" da ciência brasileira. A obra organizada por Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama também é muito importante, mas como o próprio título indica, é uma História das ciências no Brasil, e cada uma motivo de um capítulo à parte.

O livro de Schwartzman e equipe é de muita importância para os estudiosos da ciência, qualquer que seja o ramo a que se dedique, para pessoas ligadas ao ensino (professores e estudantes) e para pessoas interessadas em conhecer melhor nossa realidade contemporânea. Vazado em linguagem simples e agradável não requer ao leitor qualquer iniciação científica para a sua compreensão. Financiado por uma instituição oficial não faz a história oficial da formação da comunidade científica e sim uma história imparcial, desapassionada e muito lúcida.

Geraldo Inácio Filho

Pós-graduação em Filosofia

Pontifícia Universidade Católica de Campinas